

Aborto, violência sexual e pobreza

Repercussão mundial e indignação com a história da menina pernambucana divide o Vaticano nos lembram da miséria e violência sexual na infância no Brasil

A história da garota pernambucana de 9 anos, vítima de estupro e submetida a um aborto depois de engravidar de gêmeos do padrasto, é também a de muitas meninas que vivem em Pernambuco. A pobreza do estado é representativa de muitas regiões no Brasil onde crianças crescem desnutridas, sem acesso à educação e à saúde, expostas a todo tipo de abuso e violência sexual. O IDH de Alagoinha, cenário do episódio ao qual acompanhamos nas últimas semanas, por exemplo, não chega a 1 e é parecido com o de milhares de cidadelas país afora: a 225 km da capital Recife, perto de 50% da população vive com $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo, segundo dados do *Censu Demográfico de 2000*, do IBGE, quase 80% das crianças vive em famílias com renda de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo e a taxa de analfabetismo é de 39, 25%. Não há hospitais, há 4 equipes do *Programa Saúde da Família* (PSF) e 27 agentes do *Programa de Agentes Comunitários de Saúde* (PACS) para uma população estimada de 14.704 habitantes. Destes, metade são mulheres, sendo que 0,7% em idade entre 10 e 14 anos e 9,31% entre 15 e 17 já têm filhos.

Os problemas causados pela interferência negativa da Igreja Católica na realização do aborto na menina fizeram com que o episódio repercutisse ainda mais, nacional e internacionalmente, e foi enorme a reação da população contra a postura de Dom José Cardoso Sobrinho. As declarações do arcebispo de Olinda, excomungando todos os envolvidos no processo de abortamento – a mãe da menina, os médicos, assistentes sociais e até integrantes de grupos feministas – foram desastrosas e no último dia 12 a CNBB deu explicações à imprensa e voltou atrás na excomunhão da mãe. Um documento sobre excomunhão foi distribuído durante entrevista coletiva em Brasília e tanto o secretário-geral d. Dimas Lara Barbosa, quanto o presidente da CNBB, d. Geraldo Lyrio Rocha, foram cuidadosos ao falar da atitude de d. José Cardoso Sobrinho. O foco foi dado ao problema da violência sexual – na qual a Igreja Católica, ironicamente, tem um histórico de envolvimento - mais do que à questão do aborto e neste final de semana o Vaticano mostrou publicamente divergência de posições quanto ao caso.

O episódio foi manchete no mundo inteiro, chegando a figurar em editoriais na França e Itália - e o Presidente Lula declarou: “Os médicos fizeram o que tinha que ser feito: salvar a vida de uma menina de 9 anos. Neste caso, a medicina está mais correta do que a Igreja”. O desenrolar do caso foi uma afronta aos direitos humanos, da criança e do adolescente e desafia o bom senso dos brasileiros que acompanham tudo com indignação. A página da *CCR – Comissão de Cidadania e Reprodução* publicou um manifesto em apoio aos grupos feministas e ao Cisam e até essa segunda (16/03) já havia coletado mais de 9.500 assinaturas, no Brasil e no mundo.

Organizações feministas vão à Brasília

No último dia 11, organizações feministas realizaram uma coletiva de imprensa em Brasília para discutir o caso e seus desdobramentos. Estavam presentes Margareth Arilha e Roberto Lorea, representantes da CCR, Cristiano Fernando, também da CCR e representante da Febrasgo, Rosa Natália Mori, do CFemea, e representantes do Curumim, do SOS Corpo, do Ipas, entre outros, e profissionais envolvidos no caso de Pernambuco, como o médico Dr. Olimpio Moraes, que realizou

COMISSÃO DE CIDADANIA E REPRODUÇÃO

o aborto. Durante a coletiva, o médico destacou que sua posição era uma questão ética e que ele não poderia se omitir sobre a necessidade do procedimento.

Foram apresentados dados sobre a situação de violência e abuso sexual contra crianças no Brasil e em Pernambuco, na maioria contra meninas, e números sobre a realização de aborto ilegal e suas consequências nefastas para o sistema de saúde do país. O grupo lembrou a CPI do Aborto, manifestando-se contra a iniciativa que pode colocar as mulheres numa posição ainda pior em relação aos seus direitos sexuais e reprodutivos. “Enquanto centenas de mulheres são estupradas e engravidadas, eles querem investigar os abortos ilegais. Se trata de uma perseguição religiosa”, afirmou o juiz de direito Roberto Lorea, da CCR. Leila Adesse, chamou a atenção para a estrutura precária existente para a realização dos abortos legais no Brasil, o que merece atenção imediata do governo federal. Além de funcionarem em número menor do que o necessário, estudos da Cemicamp mostram a baixa qualidade dos serviços prestados. Por exemplo, na maior parte dos serviços não se oferece a contracepção de emergência.

Os índices de violência e abuso sexual contra crianças divulgados na coletiva são alarmantes. Dados da Secretaria Especial de Direitos Humanos indicam que em 2008 o *Disque 100* registrou 32.588 ocorrências de violência contra crianças e adolescentes no Brasil, contabilizando 98 casos por dia, e só nos dois primeiros meses de 2009 foram registradas 4.700 denúncias, cerca de 30% relacionados à violência sexual. A Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente (GPCA) de Pernambuco tem estatísticas preocupantes sobre a violência contra crianças no estado: em 2005, 1.114 crianças e adolescentes foram examinados no IML, vítimas de abuso sexual. Dos casos pesquisados, 85% eram meninas e apenas 15% eram meninos; 71,8% eram crianças entre 10 e 18 anos incompletos e 28% eram meninas menores de 9 anos. Nos oito primeiros meses de 2008, 189 ocorrências de atentado violento ao pudor foram registradas e 128 casos de estupro foram denunciados na polícia de janeiro a agosto de 2008. Dos agressores denunciados 57,9% eram vizinhos ou conhecidos das vítimas e 20% dos agressores eram parentes da vítima (pai, padrasto, mãe, irmão, primo, tio).

Já os números relativos à gravidez na infância no Brasil tiveram uma melhora se comparados aos de 2007, o que não ameniza a dura realidade de grande parte de crianças e jovens brasileiras. O Governo credita a queda no número de partos em adolescentes entre 10 e 19 anos atendidas pelo SUS ao maior acesso a métodos contraceptivos e às ações preventivas nas escolas. Segundo o Ministério da Saúde até julho de 2008 foram realizados 275.892 partos em meninas da faixa etária.

As estatísticas de Pernambuco apontam uma possível relação entre a violência sexual e o nível de pobreza no estado. O acontecimento em Alagoinha traz à tona inúmeros problemas que vêm sendo discutidos há tempos por organizações de direitos humanos, sexuais e reprodutivos e por grupos feministas no país: a defasagem do artigo 128 do Código Penal e a necessidade de mudanças na legislação, a dificuldade – e muitas vezes a precariedade - com que os abortos legais são realizados na rede de saúde pública, a interferência da Igreja Católica em questões do Estado, a violência e abuso sexuais contra as mulheres e crianças e a má assistência dada às vítimas. É também mais um capítulo na história de subdesenvolvimento e pobreza do Brasil.